



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 15/01/2026. Publicação: 16/01/2026. Nº 009/2026.

ISSN 2764-8060

Juventude), devendo ser assim considerado a partir de 30 de janeiro de 2026, tendo em vista o que consta o processo n.º 19.13.0295.0001400/2026-60.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico e no Diário Eletrônico do Ministério Público.

ORFILENO BEZERRA NETO
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURIDICOS PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
EXERCÍCIO
(Assinado eletronicamente)

Documento assinado eletronicamente por ORFILENO BEZERRA NETO, Procurador-Geral de Justiça, em exercício, em 15/01/2026, às 11:22, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

EDITAL

Edital nº 4/2026 - GPGJ/DG/CGP

CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO DE VAGAS DE RESIDENTES COMARCAS DO INTERIOR – TIMON

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o Processo Seletivo 156/2024 para residentes, homologado pelo Edital nº 182/2024, publicado no Diário Eletrônico deste Ministério Público (DEMP), em 19 de dezembro de 2024;

CONSIDERANDO o Ato regulamentar nº 20/2008 e Ato nº 136/20218 que tratam sobre a Política Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO a existência de vagas disponibilizadas no processo seletivo MPMA Residente;

CONVOCA em décima quinta chamada, obedecendo a ordem de classificação e as cotas determinadas, os estudantes relacionados no quadro abaixo, a se apresentarem nas Diretorias da respectiva Comarca de lotação com os documentos de admissão no período 16 a 26 de janeiro de 2026:

- a) Carteira de identidade – RG;
- b) CPF;
- c) Título de eleitor;
- d) Comprovante de votação da última eleição ou certidão de quitação eleitoral;
- e) Certificado militar (se indivíduo do sexo masculino, acima de 18 anos);
- f) 01 (uma) Foto 3x4 (anexada ao formulário de cadastro, item o);
- g) Comprovante de residência;
- h) Diploma de graduação do Curso de formação referente a área escolhida, ou certidão de conclusão de curso de graduação, emitidos por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC;
- i) Histórico escolar contendo o coeficiente de rendimento da graduação;
- j) Comprovante de matrícula e frequência em curso de pós-graduação *latu sensu* ou *strictu sensu* compatível com a vaga desejada (declaração, certidão ou atestado firmado por IES credenciada) ou declaração de admissão em estágio de pós-doutorado, atestada pela Instituição de ensino (o tempo de permanência no programa com o mesmo curso e instituição de ensino de pós-graduação - precisa ser de pelo menos 06 meses);
- l) Atestado médico que comprove aptidão clínica, incluindo anamnese e exame físico, à realização das atividades de residência, sem prejuízo de eventuais requisições de exames complementares que o serviço médico fundamentadamente julgar necessários; se pessoa com deficiência, além do atestado citado, apresentar também laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência;
- k) Declaração de bens;
- m) Declaração de impeditivo de supervisão;
- n) Declaração de disponibilidade de horário;
- o) Declaração de não exercer, cumulativamente, atividades em outro ramo do Ministério Público, nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, na Defensoria Pública da União ou dos Estados, na advocacia, pública ou privada, na Polícia Civil ou Federal, bem como estágio ou residência nesses entes;
- p) Certidões de antecedentes criminais expedidas pelas Justças Federal, Estadual e Eleitoral, para fins de comprovação do gozo de boa conduta social e ausência de registro de antecedentes criminais;
- q) Comprovante de conta corrente ou universitária de titularidade do residente no banco responsável pelo processamento da folha de pagamento do Ministério Público - (BANCO DO BRASIL - obrigatoriamente);
- r) Se inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), apresentar fotocópia do pedido de licenciamento ou cancelamento do respectivo registro, devidamente protocolizado;
- s) Ficha cadastral e preenchimento de link que será encaminhado para o e-mail, pela Procuradoria Geral de Justiça.

QUADRO I (EDITAL Nº 04/2026) - COMARCA DE TIMON



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 15/01/2026. Publicação: 16/01/2026. Nº 009/2026.

ISSN 2764-8060

Vaga	Distribuição das Vagas	Classif. Na listagem da vaga	Candidato aprovado	Nota final
17	GERAL- Autodeclarado negro não teve	26	SUELANE DA SILVA ARAÚJO	6,52

DIREITO - 16ª CHAMADA

Documento assinado eletronicamente por ORFILENO BEZERRA NETO, Procurador-Geral de Justiça, em exercício, em 15/01/2026, às 11:36, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

Promotorias de Justiça da Comarca da Capital

CRIMINAL

Notificação nº 2/2026 - 13ªPJCRIMSLs

São Luís, 14 de janeiro de 2026.

À Sua Senhoria,

JOCIEL TEIXEIRA ARAUJO

Assunto: Comunicação de Promoção de Arquivamento de TCO

Prezado (a) Senhor (a),

Cumprimentando-o, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por sua representante, Promotora de Justiça in fine assinada, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, considerando o disposto no artigo 28, § 1º, do Código de Processo Penal, vem através desta comunicar o parcial ARQUIVAMENTO do Termo Circunstanciado de Ocorrência nº 015/2025 – 7º DP (PJE nº 0822716-58.2025.8.10.0001), cadastrado no sistema SIMP sob o nº 011664-500/2025, em que consta como investigado.

Atenciosamente,

São Luís (MA), data do sistema.

NÚBIA ZEILE PINHEIRO GOMES
Promotora de Justiça, em responsabilidade

Documento assinado eletronicamente por NUBIA ZEILE PINHEIRO GOMES, Promotora de Justiça, respondendo, em 14/01/2026, às 11:51, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

Notificação nº 4/2026 - 13ªPJCRIMSLs

São Luís, 14 de janeiro de 2026.

À Sua Senhoria,

HELLEN JULIA MENDES SARAIVA

Assunto: Comunicação de Promoção de Arquivamento de TCO

Prezado (a) Senhor (a),

Cumprimentando-o (a), o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por sua representante, Promotora de Justiça in fine assinada, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, considerando o disposto no artigo 28, § 1º, do Código de Processo Penal, vem através desta comunicar o parcial ARQUIVAMENTO do Termo Circunstanciado de Ocorrência nº 6588/2025 – 14º DP (PJE nº 0910473-90.2025.8.10.0001), cadastrado no sistema SIMP sob o nº 055411-500/2025, em que consta como vítima.

Atenciosamente,

São Luís (MA), data do sistema.

NÚBIA ZEILE PINHEIRO GOMES
Promotora de Justiça, em responsabilidade

Documento assinado eletronicamente por NUBIA ZEILE PINHEIRO GOMES, Promotora de Justiça, respondendo, em 14/01/2026, às 12:23, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

Notificação nº 5/2026 - 13ªPJCRIMSLs

São Luís, 14 de janeiro de 2026.